

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR  
CODEFAT

**ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAP/CODEFAT**

**LOCAL:** Sala de Reuniões do DES, 2º Andar, MTE

**DATA:** 15 de outubro de 2002

**PARTICIPANTES:** Fátima Bayma de Oliveira, Coordenadora do GAP/CODEFAT e Secretária-Executiva do CODEFAT; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante Titular da CGT e Presidente do CODEFAT; Rodolfo Péres Torelly, Representante Titular do MTE; Rogério Plank Goulart, Representante Suplente do BNDES; Bernardo Gouthier Macedo, Representante Titular da CUT; Pedro César Aguilar Perez, Representante Suplente da SDS; Dagmar Maria de Sant'anna Martins, Representante Titular da CNC; Clovis Veloso de Queiroz Neto, Representante Titular da CNA; Simone Saisse Lopes, Representante Suplente da CNI; Daniel Campos, Representante Suplente do Banco do Brasil; Mário Ricardo Ferreira Mattoso Maia, Representante Titular da Caixa Econômica Federal.

**ABERTURA** – Aos quinze dias do mês de outubro de 2002, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, sob a coordenação da Secretária-Executiva do CODEFAT, Sra. Fátima Bayma de Oliveira, teve início a Septuagésima Quinta Reunião Ordinária do Grupo de Apoio ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT. A Coordenadora declarou aberta a Reunião, passando ao primeiro item da Pauta. **ITEM 1 – Aprovação da Ata da 73ª Reunião Ordinária do GAP/CODEFAT, realizada em 29 de agosto de 2002.** O Representante Titular da CUT, Sr. Bernardo Gouthier Macedo, lembrou sua solicitação de acesso às auditorias realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego no âmbito do Convênio com a Fundação Banco do Brasil. O Representante Titular da CGT e Presidente do CODEFAT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, observou a falta do registro de justificativa da ausência dos Representantes da CGT, solicitando a inclusão da mesma. Em votação, a Ata foi considerada aprovada com o registro do Presidente do CODEFAT. **ITEM 2 – Proposta de alocação de recursos do FAT, na FINEP, para o Programa de Apoio à Inovação Tecnológica da Empresa Nacional – PRÓ-INOVAÇÃO.** A Coordenadora passou a palavra ao Presidente da FINEP, Sr. Mauro Marcondes Rodrigues, que iniciou sua apresentação destacando a ação diferenciada da FINEP em relação ao BNDES, como agência de inovação tecnológica e pesquisa e citou a existência de 14 fundos setoriais não reembolsáveis para a ciência e tecnologia. O Presidente da FINEP atribuiu a criação do Programa PRÓ-INOVAÇÃO a uma reunião entre representantes do CODEFAT e da FINEP em que se começou a discutir a questão. Ressaltou o desenvolvimento de

novos instrumentos para a área de ciência e tecnologia, facilitado pela possibilidade de equalização de taxas de juros. Observou que a idéia era fazer um mix de recursos da FINEP, do FAT, e do FNDCT, complementados por recursos não reembolsáveis dos Fundos Setoriais de Ciência, Tecnologia e Inovação – C ,T&I, permitindo oferecer às empresas condições adequadas, via parceria empresa-universidade (recursos não reembolsáveis) e/ou por via creditícia com aplicação de equalização das taxas de juros. Sobre o programa, detalhou seu princípio básico de desenvolver variáveis estratégicas para o ciclo de crescimento do Brasil, destacando que o FAT estaria contribuindo decisivamente para o financiamento de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D desenvolvidos por pequenas, médias e grandes empresas. O Presidente da FINEP informou ter solicitado ao MTE que fosse incorporado ao PRÓ-INOVAÇÃO recursos disponibilizados por resolução anterior, de cerca de trinta e cinco milhões de reais, justificando não ter sentido utilizá-los dentro das regras anteriores uma vez que existiria um novo Programa, muito mais forte e muito mais positivo. Em termos de recursos do FAT, o aporte seria de quinhentos e trinta e cinco milhões de reais, sendo: um desembolso em 2002, de setenta milhões de reais; em 2003, duzentos e cinquenta milhões de reais e em 2004, duzentos e quinze milhões de reais. Destacou a possibilidade de, sendo o Programa bem sucedido, o CODEFAT, considerando interessante, ampliar os recursos. O Presidente da FINEP colocou que a idéia de previsão de desembolso seria em dois anos, com carência de dois anos da data de cada depósito e seis anos de amortização. A contrapartida da FINEP e dos fundos administrados pela FINEP corresponderia a trezentos milhões de reais, sendo cem milhões de reais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e duzentos milhões de reais de recursos administrados pela FINEP. A Representante Suplente da CNI, Sra. Simone Saísse Lopes, questionou sobre a estimativa de arrecadação para 2003, tendo o Presidente da FINEP esclarecido que o valor de quatrocentos milhões de reais tratava-se de valor de desembolso. Continuando, a Representante da CNI, questionou a respeito da demanda potencial. O Presidente da FINEP esclareceu basear-se em estudos com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL e com a Universidade Paulista – UNESP, de identificação da questão da tecnologia e inovação em grandes, médias e pequenas empresas, e informou que no próximo dia 30 de outubro o IBGE em parceria com a FINEP estaria lançando a Pesquisa Industrial da Inovação Tecnológica – PINTEC, que era o censo industrial com a parte tecnológica. O Representante da CUT, elogiando a iniciativa da FINEP em apresentar a proposta às entidades representadas no CODEFAT, comentou sobre as posições defensivas de sobrevivência adotadas por empresas que, ao incorporarem máquinas e equipamentos de maior produtividade e eficiência, em condições de baixo crescimento, estimulam aumento do desemprego. Reiterou a solicitação da situação atual do cronograma de desembolso e retorno dos depósitos especiais, a fim de balizar as propostas

apresentadas. O Presidente da FINEP atentou para a diferença do desenvolvimento tecnológico no país e a incorporação do progresso técnico na compra de equipamentos. Considerou, também, função da FINEP a análise de termos de referência de estudos e avaliação de profissionais capacitados para atuarem em projetos. O Coordenador-Geral de Recursos do FAT, Sr. Manoel Eugênio de Oliveira, resumiu a programação de depósitos especiais do FAT, destacando a alocação de quatro bilhões e meio para o PROEMPREGO III. Detalhou a previsão de desembolsos, ressaltando ter sido estabelecido como limite para depósitos especiais no exercício de 2002, a possibilidade do FAT assumir compromisso da ordem de 7,4 bilhões de reais. O Presidente do CODEFAT solicitou ao Presidente da FINEP um relato da evolução dos programas financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e sugeriu à FINEP atrair investidores por meio de visitas de campo. Considerou significativo o aumento do grau de competitividade entre as empresas emergentes, solicitando um detalhamento por parte da FINEP, e questionou sobre a relação da troca de crédito com o financiamento e do valor de remuneração da FINEP ao FAT. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que os recursos para o Programa PRÓ-INOVAÇÃO, em 2002, eram provenientes de reembolsos da FINEP ao FAT em decorrência de resoluções anteriores, que totalizavam 70 milhões de reais. O restante, 430 milhões de reais, seriam recursos novos, já considerados na programação de depósitos especiais para 2003 e 2004. Questionado pelo Presidente do CODEFAT quanto à questão da remuneração da FINEP, o Coordenador-Geral da CGFAT informou que a mesma vinha seguindo a sistemática legal de remuneração dos recursos do FAT, complementando que as amortizações estavam sendo antecipadas. O Presidente do CODEFAT parabenizou a apresentação da FINEP com relação ao Programa Pró-Inovação e ratificou as palavras do Representante da CUT, de que os sindicatos apoiavam a inovação tecnológica e a modernização. O Presidente da FINEP propôs o agendamento de uma reunião para avaliação da carteira anterior de disponibilização de recursos, cujo enfoque era a difusão tecnológica. Em relação às empresas emergentes, destacou duas vertentes: 1) programa Inovar, com estímulo ao surgimento de novos fundos de *venture-caption* e fundos de capital de empresas emergentes de bases tecnológicas; e, 2) co-financiamento de empresas com investimento de capital de risco. Por fim, convidou os Conselheiros do CODEFAT a participar do *venture* fórum a ser realizado em novembro, na cidade de São Paulo. A Representante da CNI cumprimentou a FINEP pela iniciativa, considerando que a falta de investimento em inovação tecnológica respondia pelo baixo crescimento *per capita* ao longo das últimas décadas e ressaltou ser fundamental a atuação ativa das políticas públicas de emprego no sentido de contribuir para o crescimento em geral da economia. A Coordenadora submeteu à aprovação o encaminhamento favorável do GAP ao CODEFAT, quanto à proposta do Programa PRÓ-INOVAÇÃO, tendo sido o mesmo aprovado. Em seguida, a

Coordenadora passou a palavra ao Subsecretário da SPOAD, Sr. Manoel de Souza Lima Neto, para apresentação do **ITEM 3 – Apresentação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MTE - Flexibilidade para alteração do Orçamento do FAT/2003, após aprovação pelo Congresso Nacional.** O Subsecretário apresentou alternativas ao projeto de lei em tramitação, uma vez que aprovado o projeto de lei orçamentária para 2003 haveria pouca possibilidade de viabilização de propostas. Ponderou sobre a probabilidade de revisão do projeto no âmbito do Executivo, da Comissão Mista e do CODEFAT. O Subsecretário apontou os números relativos aos orçamentos em 2001 e 2002 no âmbito do FAT, destacando as dotações sujeitas a contingenciamento. Fazendo referência à proposta orçamentária para 2003, citou a proposição, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da ordem de um bilhão e duzentos milhões de reais, e a aprovação, pelo CODEFAT, de proposição da ordem de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Destacou que para o Congresso Nacional foi encaminhada proposta do Executivo de setecentos e três milhões de reais, sendo setenta milhões de reais para intermediação e duzentos e vinte milhões para o PLANFOR. Destacou, ainda, a existência de uma reserva de contingência da ordem de quatro bilhões duzentos e dezesseis milhões de reais. Com relação à flexibilização do orçamento, explicou que a proposição em tramitação era de setecentos milhões de reais, incluídos a intermediação e o PLANFOR. Observou que antes do orçamento ser aprovado, certamente o projeto de lei seria revisto, oportunizando uma interação do Conselho. Mencionou a participação do Presidente do CODEFAT, atendendo a solicitação do Ministério, nas tratativas junto aos entes do Poder Executivo. E, por fim, ressaltou as seguintes alternativas de flexibilização do orçamento: o superávit, o excesso de arrecadação e a anulação parcial de dotações já aprovadas; no âmbito do Poder Executivo, vinte por cento do orçamento estaria sendo delegado ao Presidente da República para remanejamentos e, no âmbito do Legislativo, poderia ser feita uma anulação total/parcial de ações de programas. O Presidente registrou o reconhecimento, por parte do CODEFAT, ao trabalho do Subsecretário da SPOAD, questionando sua opinião sobre as expectativas de descontingenciamento com o novo governo. O Subsecretário relatou que cinquenta por cento dos recursos disponibilizados para o FAT eram destinados ao PLANFOR e à intermediação, demonstrando o interesse e a sensibilidade quanto ao social e manifestou otimismo quanto à possibilidade de liberações adicionais às atuais. O Representante da CUT, considerando o resultado obtido e o contínuo contingenciamento de recursos, observou que, mesmo sendo infrutífero o trabalho das instituições representadas no CODEFAT em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, não significava que deveria se abrir mão da prerrogativa do CODEFAT e das instituições representadas de se trabalhar para que a presente situação fosse revertida. O Subsecretário da SPOAD deixou como sugestão ao GAP ampliar a visibilidade e a divulgação da viabilidade de

projetos de grande repercussão, como o PLANFOR, a Intermediação, o CAGED e a Fundacentro. O Representante Titular do MTE, Sr. Rodolfo Péres Torelly, complementando, esclareceu que os recursos para intermediação englobavam o atendimento do Seguro-Desemprego, ressaltando, ainda, que, além do emprego, o próprio pedido do Seguro-Desemprego encontrava-se ameaçado. Em seguida, a Coordenadora passou a palavra ao Coordenador-Geral de Emprego – CGEM, Sr. Rogério Nagamine Costanzi, para apresentação do **ITEM 4 – Análise técnica da capacidade operacional do programa de Intermediação de Mão-de-Obra**. O Coordenador-Geral da CGEM ressaltou que do orçamento previsto de 70 milhões de reais, 55,8 milhões seriam distribuídos para as ações de intermediação, 11,3 milhões para habilitação ao Seguro-Desemprego e 2,9 milhões de reais para fins de pesquisas de emprego e desemprego. Analisando o custo de manutenção do SINE, concluiu que o recurso necessário seria de 85,6 milhões de reais, sem investimentos, acrescentando que o orçamento proposto era insuficiente para cobrir os custos de manutenção do SINE, cobrindo apenas 67% do mesmo. Destacou que o recurso de investimento também foi diminuído, comprometendo os investimentos feitos para expansão e informatização na rede de atendimento. O Coordenador-Geral complementou informando que a cobertura do SIGAE abrangia, aproximadamente, 40% dos postos das regiões metropolitanas, representando mais de 50% do movimento. Destacou o corte significativo do orçamento de 2003 em relação ao de 2002, de praticamente 39,5%. O Coordenador-Geral da CGEM citou, ainda, a estimativa calculada de redução do número de colocados, a partir do orçamento previsto, de setecentos e quarenta e sete mil em 2001, com previsão de oitocentos e cinquenta mil em 2002, para quatrocentos e noventa e quatro mil em 2003, correspondendo a uma queda de 34% em 2003, relativamente a 2001 e 42% em 2003, relativamente a 2002. Sobre a estimativa do número de habilitados ao Seguro-Desemprego informou a previsão de uma queda de cerca de 2,1 milhões de reais em 2001 para 1,1 milhão em 2003, significando uma queda de 45% dos habilitados ao Seguro-Desemprego. Sobre a PED, colocou que a previsão para 2003 era de 2,9 milhões de reais, sendo que em 2002, o montante foi de 5,8 milhões de reais, considerando que o FAT e o MTE financiavam menos de 50% do custo total da PED, uma queda de quase metade do orçamento corresponderia a uma cobertura de menos de um quarto do custo total da Pesquisa de Emprego e Desemprego. Do ponto de vista do corte entre os convênios de estados e parcerias, observou que o mesmo foi de quarenta por cento, sendo mais ou menos linear. O Coordenador-Geral da CGEM destacou que o presente orçamento viria a prejudicar o processo de recuperação de crescimento e fortalecimento do SINE acompanhado na década de 90. O Presidente complementou, destacando que o crescimento ocorrido deveu-se também às mudanças empreendidas no Ministério e no CODEFAT quanto à forma de gestão das ações. A Representante da CNI avaliou que as restrições orçamentárias refletiam a dificuldade de aumentar a austeridade fiscal e fazer um

superávit primário significativo, e que a perspectiva de um novo governo não eliminava aquela necessidade. Concluiu, refletindo sobre a possibilidade de um redirecionamento de despesas no orçamento, reduzindo as restrições impostas. O Representante da CUT sugeriu para a próxima reunião uma exposição similar do PLANFOR, visando ter um dimensionamento similar sobre o prejuízo que se poderia antever para o Programa no próximo exercício. Suscitou a possibilidade de se ter um estudo com mais subsídios para discussão dos critérios de repasse de recursos para o SINE, lembrando que existiam outras atividades nos SINE que precisavam ser preservadas ou fortalecidas. A Coordenadora esclareceu já ter sido encaminhada a solicitação de apresentação do PLANFOR, prevista para ser realizada na próxima reunião do GAP. O Representante da CUT ponderando que as informações sobre desembolso apresentadas na presente reunião precisavam ser complementadas, reiterou o pedido de informações financeiras com relação aos depósitos especiais, previsão de reembolso e disponibilidade financeira para 2002, 2003 e 2004. **ITEM 5 – Entrega da Ata da 74ª Reunião Ordinária do GAP/CODEFAT, realizada em 25 de setembro de 2002.** A referida Ata foi entregue, ficando sua aprovação para a reunião subsequente. A Coordenadora indicou o dia 13 de novembro como data provável para a próxima reunião. **Encerramento** - Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada. E, para constar, eu, Fátima Bayma de Oliveira, Secretária-Executiva do CODEFAT e Coordenadora do GAP/CODEFAT, lavrei a presente Ata, que, após aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

FÁTIMA BAYMA DE OLIVEIRA

Coordenadora do GAP e Secretária-Executiva do CODEFAT

\_\_\_\_\_

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO

Representante Titular da CGT e Presidente do CODEFAT

\_\_\_\_\_

RODOLFO PERES TORELLY

Representante Titular do MTE

\_\_\_\_\_

ROGÉRIO PLANK GOULART

Representante Suplente do BNDES

\_\_\_\_\_

BERNARDO GOUTHIER MACEDO

Representante Titular da CUT

\_\_\_\_\_

PEDRO CÉSAR AGUILAR PEREZ

Representante Suplente da SDS

\_\_\_\_\_

DAGMAR MARIA DE SANT'ANNA MARTINS

Representante Titular da CNC

\_\_\_\_\_

CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO

Representante Titular da CNA

\_\_\_\_\_

SIMONE SAISSE LOPES  
Representante Suplente da CNI

---